

## **LEI Nº 2.304, DE 31 DE JANEIRO DE 2013.**

**“AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A DOAR, COM ENCARGOS, TERRENO PÚBLICO À COPLAC DO BRASIL LTDA., PARA FINS DE INCENTIVO À ECONOMIA LOCAL, GERAÇÃO DE EMPREGOS E AUMENTO DE RECEITA TRIBUTÁRIA.”**

O Povo do Município de Paraisópolis, Estado de Minas Gerais, por seus representantes legais, aprova, e eu, Prefeita Municipal, em seu nome, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à doação do terreno descrito no Anexo I desta Lei - LOTE 04-A, QUADRA 2, com área de 7.931,54 m<sup>2</sup>, bem como, LOTE 04-B, QUADRA 2, com área de 10.000 m<sup>2</sup>, à empresa **COPLAC DO BRASIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.433.690/0007-19.

**Parágrafo Único.** As características e confrontações do bem público imóvel de que trata o caput deste artigo encontram-se no Anexo I - Memorial Descritivo e Croqui - que fazem parte integrante desta Lei.

**Art. 2º** A doação referida no art. 1º desta Lei será realizada mediante o cumprimento dos seguintes encargos pela Donatária:

I- utilização da área descrita no Anexo I desta Lei, exclusivamente para a implantação de empresa destinada à produção e comercialização de mantas de feltro termoplástico, mantas de feltro de poliéster, mantas de feltro de fibra sintética, feltros termoplásticos, feltros de poliéster, feltros de fibras sintéticas, laminados e placas asfálticos,

isoladores térmicos e acústicos, anti-ruídos amortecedores de vibração e revestimentos interiores de veículos , conforme carta de intenções (Anexo II) que passa a integrar a presente Lei;

II- início das obras de construção no prazo de 6 (seis) meses a partir da assinatura da escritura de doação dos referidos imóveis, e término no prazo máximo de 2 (dois) anos;

III- início das atividades industriais e comerciais da empresa no prazo máximo de 2 (dois) anos a partir da assinatura da escritura de doação dos referidos imóveis;

IV- criação de no mínimo 500 (quinhentos) empregos diretos, até o fim de 2016;

V- arcar com as despesas de escritura e registro do terreno recebido em doação;

**Art. 3º** Para fins de geração de emprego e renda locais, fica a empresa Donatária obrigada a admitir o mínimo de 70% (setenta por cento) de seu quadro funcional dentre a população residente no Município de Paraisópolis - MG.

**Art. 4º** Nos casos de venda, cessão ou quaisquer espécies de transferência da indústria beneficiada por esta lei antes de decorridos 10 (dez) anos do início das atividades industriais, a empresa sucessora deverá cumprir todas as obrigações ora assumidas pela Donatária e gozará dos benefícios concedidos por esta lei pelo período restante.

**Art. 5º** O imóvel ora doado pelo Município somente poderá ter sua destinação alterada, depois de transcorridos 10 (dez) anos do início de suas atividades, quando a Donatária estará dispensada do cumprimento dos encargos previstos nesta Lei.

§1º A Donatária fica autorizada a utilizar o terreno, as benfeitorias e edificações para fins de garantia a financiamentos de recursos

junto à instituições financeiras, com a finalidade de promover o desenvolvimento do projeto de instalação de unidade no Município de Paraisópolis, durante o prazo a que se refere o caput deste artigo.

§2º Na hipótese da Donatária utilizar o imóvel doado em garantia junto à instituições financeiras, a cláusula de reversão e demais obrigações deverão ser garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do Doador.

**Art. 6º** Incluem-se entre os motivos de perda dos benefícios materiais, econômicos - financeiros e fiscais, inclusive a do domínio do imóvel, devidamente comprovados pelo Município, o descumprimento pelos beneficiários das seguintes obrigações:

I- paralisar, por mais de 120 (cento e vinte) dias ininterruptos suas atividades, sem motivo justificado e devidamente comprovado junto ao Poder Executivo Municipal;

II- paralisar alternadamente suas atividades, por mais de 180 (cento e oitenta) dias, no período de 12 (doze) meses, sem motivo justificado e devidamente comprovado junto ao Poder Executivo Municipal;

III- reduzir em mais de 2/3 (dois terços) o número de empregos existentes, sem motivo justificado devidamente comprovado junto ao Poder Executivo Municipal;

IV- não cumprir suas obrigações tributárias ou as violar fraudulentamente;

V- alterar o projeto inicial antes de decorridos 10 (dez) anos do início de suas atividades.

**Parágrafo único.** No caso de necessidade de modificação da finalidade empresarial antes de decorridos 10 (dez) anos, deverá a mesma ser precedida de autorização legislativa.

**Art. 7º** A inobservância dos dispositivos desta Lei, pelo donatário ou sucessor, implicará na imediata reversão administrativa do imóvel doado ao Município de Paraisópolis, com todas as benfeitorias nele realizadas, sem qualquer ônus para o Erário Público, independentemente do consentimento, tácito ou formal, do beneficiário e da revogação desta Lei.

**Parágrafo único.** O cumprimento do disposto no caput deste artigo será formalizado mediante o encaminhamento ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Paraisópolis do ato administrativo do Prefeito Municipal, especificando a inobservância pelo beneficiário das condições estabelecidas nesta Lei, com a pertinente solicitação de reversão do imóvel doado ao Município de Paraisópolis.

**Art. 8º** A doação do imóvel a que se refere o artigo 1º será formalizada após o prévio exame do processo de habilitação do beneficiário dos incentivos concedidos pelo Município, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Empresarial, em cumprimento ao disposto nos artigos 8º, IV, e V e 10 da Lei nº 2.010, de 21 de dezembro de 2005.

**Art. 9º** Fica concedido à empresa, titular ou sucessora, beneficiária dos incentivos desta Lei, a título de estímulo fiscal, a isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, excepcionalmente, pelo período de 10 (dez) anos, prorrogável por até igual período, a requerimento da interessada, submetido ao prévio exame e parecer favorável do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Empresarial nos termos do previsto na Lei nº 2010, de 21 de dezembro de 2005.

**Art. 10** As despesas com a execução desta Lei correrão à conta das verbas próprias do orçamento vigente.

**Art. 11** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Presidente Tancredo Neves, em Paraisópolis,  
aos 31 de Janeiro de 2013.

**SÍLVIA RENATA TEIXEIRA RODRIGUES**  
**Prefeita Municipal**

Certifico que a Lei nº. 2.304, de  
31/01/2013 foi publicada na data de  
31/01/2013, no Mural do Paço  
Municipal Presidente Tancredo Neves.

Elaine Silveira Lima  
Coord. de Planej. do Gabinete